

LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA) - ENTRE O AGRONEGÓCIO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Alysson Gomes Santos de Almeida[1]
Antonio Muniz Filho[2]

Palavras-chave: Desigualdade Socioespacial; Segregação Socioespacial; Cidade Média; Reestruturação Urbana.

INTRODUÇÃO

A desigualdade socioespacial é uma marca presente nas cidades contemporâneas, sobretudo naquelas que passam por um crescimento econômico acelerado sem a devida preocupação com o planejamento urbano. É o caso de Luís Eduardo Magalhães, cidade localizada no oeste da Bahia, cujo desenvolvimento é fortemente impulsionado pelo agronegócio. Embora esse setor traga dinamismo à economia local, ele também aprofunda desigualdades, favorecendo determinados grupos sociais enquanto marginaliza outros, que passam a enfrentar dificuldades de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos básicos.

Diante disso, a reflexão proposta por Henri Lefebvre (1968) sobre o "direito à cidade" ganha relevância. Para o autor, esse direito não se resume ao acesso físico ao espaço urbano, mas, envolve a possibilidade de vivenciar e transformar a cidade de forma coletiva e democrática. As abordagens teóricas fundamentam-se nos conceitos de espaço, produção do espaço e desigualdades socioespaciais com destaque para autores como: David Harvey (2005); Henri Lefebvre (1974); Marcelo L. de Souza (2001); Milton Santos (1996); Pequeno e Elias (2015); Raquel Rolnik (2015).

[1] Graduando, Estudante de Urbanismo UNEB Campus I e Membro do Grupo TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política).
[2] Professor Adjunto UNEB. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET) e do Grupo TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política).

O presente estudo tem como objetivo geral compreender como os processos de formação socioespacial, de reestruturação produtiva e de produção do espaço, corroboraram na dinâmica socioespacial de Luís Eduardo Magalhães (cidade do agronegócio) e quais as reflexibilidades socioespaciais resultantes destes processos. Já como objetivos específicos o trabalho busca compreender as dinâmicas de segregação e desigualdade socioespacial presentes na cidade, observando a distribuição de infraestrutura urbana, serviços públicos e moradia; investigar o processo histórico e econômico de constituição de Luís Eduardo Magalhães como cidade média e polo do agronegócio no oeste baiano; analisar de que forma o crescimento econômico pautado no agronegócio tem influenciado a produção e a organização socioespacial da cidade Luís Eduardo Magalhães (BA).

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa combina abordagens qualitativas e quantitativas, adotando um caráter exploratório e descritivo para compreender os padrões de desigualdade socioespacial em Luís Eduardo Magalhães (BA), uma cidade média influenciada pelo agronegócio.

O estudo tem como recorte espacial o município de Luís Eduardo Magalhães, analisando bairros com diferentes condições socioeconômicas e infraestrutura urbana. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos e relatórios institucionais sobre temas como desigualdade socioespacial urbana, impactos do agronegócio na estruturação urbana e características socioeconômicas de cidades médias. A coleta de dados secundários incluiu informações de instituições como IBGE, Prefeitura Municipal, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, IPEA e outras fontes relevantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O crescimento das cidades, quando guiado por interesses econômicos e sem planejamento urbano inclusivo, costuma acentuar desigualdades. É o que ocorre em Luís Eduardo Magalhães (BA), cidade marcada pelo avanço do agronegócio. Embora esse setor impulsione a economia local, ele também aprofunda as desigualdades socioespaciais, reforçando uma lógica de exclusão e precarização dos territórios ocupados pelas classes populares.

Milton Santos (1996), entende o espaço como resultado das práticas sociais e das dinâmicas econômicas. Lefebvre (1974), concebe o espaço como um produto social, moldado pelas relações de poder e interesses econômicos. Sua visão da cidade como obra coletiva reforça a necessidade de pensar alternativas à urbanização desigual, permitindo que os habitantes se apropriem dos espaços urbanos e participem ativamente de sua transformação. Marcelo L. de Souza (2001) reforça a análise dessa concepção ao destacar o espaço urbano como uma arena de conflitos sociais, onde os diferentes grupos disputam o controle e o uso do território. Raquel Rolnik (2015), por sua vez, denuncia os impactos da financeirização da cidade e da atuação seletiva do Estado, que acabam por reforçar a lógica da segregação ao priorizar a valorização imobiliária em detrimento da inclusão social. Harvey (2005) observa que o capital molda o espaço urbano de forma a garantir a maximização de lucros, favorecendo a valorização imobiliária em áreas nobres e relegando os mais pobres a zonas de menor interesse econômico. Pequeno e Elias (2015), afirmam

que enquanto o dinamismo econômico associado ao agronegócio globalizado promove rápido e complexo incremento à divisão social e territorial do trabalho, paralelamente às metamorfoses do espaço agrícola, temos crescimento da produção do espaço urbano e da reestruturação das cidades, cujas reflexibilidades se desvelam em desigualdades socioespaciais urbanas.

Todas essas abordagens se reproduzem com clareza em Luiz Eduardo Magalhães, onde o agronegócio representa o circuito superior da economia urbana, como define Milton Santos (2008), formado por grandes investidores e produtores. Enquanto isso, trabalhadores com baixa renda permanecem em um circuito inferior, inseridos em empregos precários e sem acesso a moradias adequadas. Para Santos (1996), o espaço urbano é instrumentalizado pelo capital, o que explica por que as infraestruturas e serviços de qualidade, ficam concentrados em áreas destinadas às elites, enquanto bairros populares enfrentam abandono, configurando-se, portanto, como um processo de segregação socioespacial urbana.

O processo de urbanização da cidade está diretamente ligado à sua história econômica recente. Desde sua emancipação em 2000, Luís Eduardo Magalhães tornou-se um polo agrícola de destaque nacional e internacional. A chegada de grandes empresas, voltadas para exportação de grãos, acelerou a economia, mas, sem distribuir os benefícios de forma equitativa. Pequenos produtores e trabalhadores rurais enfrentam barreiras como o acesso limitado a crédito, assistência técnica e infraestrutura. Esse crescimento desigual favoreceu a valorização fundiária, a especulação imobiliária e a expulsão de populações tradicionais, reforçando a fragmentação urbana.

Ermínia Maricato (2011), assinala que as cidades brasileiras apresentam estruturas duplas: uma cidade formal e bem equipada, voltada para os interesses do capital, e outra informal e precarizada, habitada pelas classes populares. Essa dualidade está diretamente relacionada à forma como o agronegócio se expande: concentrando terras, intensificando a desigualdade social e territorial e criando novas formas de exclusão.

A produção agropecuária globalizada, levou esse modelo para regiões historicamente periféricas, como o semiárido e os cerrados nordestinos, onde a reestruturação produtiva, vem acompanhada da concentração fundiária e pelo avanço de grandes corporações. Na cidade Luís Eduardo Magalhães, isso se manifesta na valorização seletiva de determinadas áreas urbanas, dificultando o acesso à terra para famílias de baixa renda. Como consequência, cresce o número de loteamentos irregulares e ocupações informais, marcadas pela ausência de direitos básicos e segurança jurídica.

Assim, a cidade Luís Eduardo Magalhães ilustra com clareza como o crescimento econômico, quando orientado por interesses restritos, pode aprofundar as desigualdades socioespaciais. A cidade é moldada por uma lógica excludente, que beneficia poucos e marginaliza muitos, uma realidade que exige reflexão crítica e novas práticas de planejamento urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica urbana de Luís Eduardo Magalhães (BA), revela como o crescimento acelerado, impulsionado pelo agronegócio, pode gerar não apenas desenvolvimento econômico, mas, também, aprofundar as desigualdades socioespaciais. A segregação

socioespacial se manifesta de forma clara na cidade, enquanto algumas áreas são bem estruturadas e valorizadas, outras permanecem marcadas pela precariedade e pela exclusão.

Este estudo se propõe a refletir criticamente sobre os impactos desse modelo de desenvolvimento, com base nos conceitos de produção do espaço, desigualdade e segregação socioespacial. Ao analisar como a lógica do agronegócio molda o espaço urbano, busca-se evidenciar os mecanismos que reforçam a desigualdade e comprometam o acesso ao espaço urbano digno por parte das populações de baixa renda.

Com isso, a pesquisa pretende não apenas compreender essas dinâmicas, mas, também, contribuir para a construção de alternativas que assegurem o direito à cidade, com planejamento urbano inclusivo e justiça social.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. ***O direito à cidade*.** São Paulo: Centauro, 1968

LEFEBVRE, Henri. ***A produção do espaço*.** São Paulo: Centauro, 1974

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. **(Re)Estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio.** GEOgraphia, v. 17, n. 35, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 2015. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar para a cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.